

Desigualdade e a Armadilha da Renda Média

Fernando de Holanda Barbosa Filho

IBRE – FGV



- A desigualdade de renda sempre foi um problema no Brasil, sendo extremamente elevada.
- A partir de 1996, se inicia uma redução importante na desigualdade de renda no Brasil.
- A redução da desigualdade foi fruto de diversos fatores: “melhora” do mercado de trabalho e de políticas de transferência de renda..



- Os dados mostram que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo.
- A desigualdade aumentou no Brasil (e na A.L.) entre 1960 e meados dos anos 90.
- No entanto, a partir de meados da década de 90 ocorre uma redução da desigualdade no Brasil.

Comparação Internacional



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

IBRE

Instituto Brasileiro
de Economia

Tabela 1: Desigualdade medida pelo Coeficiente de Gini					
	1960	1970	1980	1990	2000
França	51,4	42,5	32,1	28	28,2
Alemanha	-	-	-	30,8	24,6
Japão	36	41,4	33,4	35	31,9
EUA	42,3	39,3	39,7	42,7	39,4
Reino Unido	35,4	25,4	25,2	33,5	31,5
Países Des.	41,3	37,2	32,6	34	31,1
Hong Kong	-	43	39,4	43,4	-
Coréia do Sul	-	33,3	35,7	34,7	36,9
Cingapura	-	40	39,5	43,6	48,1
Taiwan	45,6	29,9	27,7	30,9	32
Países Asiáticos	45,6	36,6	35,6	38,2	39
Argentina	43,4	36,4	42,5	44,4	50,4
Chile	-	50,1	53,2	55,1	55,2
Colômbia	-	57,3	-	56,7	57,2
México	-	57,4	-	53,1	55,6
Venezuela	54,6	61,1	47,5	44	45,8
Países Latino Americanos	50,2	53,5	49,8	52,3	53,8
Brasil	53	59	56	60,4	58,7
China	-	29,9	30,1	35,7	39
Gini Máximo	54,6	61,1	56	60,4	58,7
País Gini Máx.	Venezuela	Venezuela	Brasil	Brasil	Brasil

Fonte: UNU-Wider.



- Ao longo dos últimos anos, o Brasil reduziu a sua desigualdade e a pobreza
- Apesar da queda substancial da desigualdade no país, o nível da mesma permanece elevada.
- A redução no índice de Gini e do percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza foi considerável.

Figura 1: Índice de Gini no Brasil

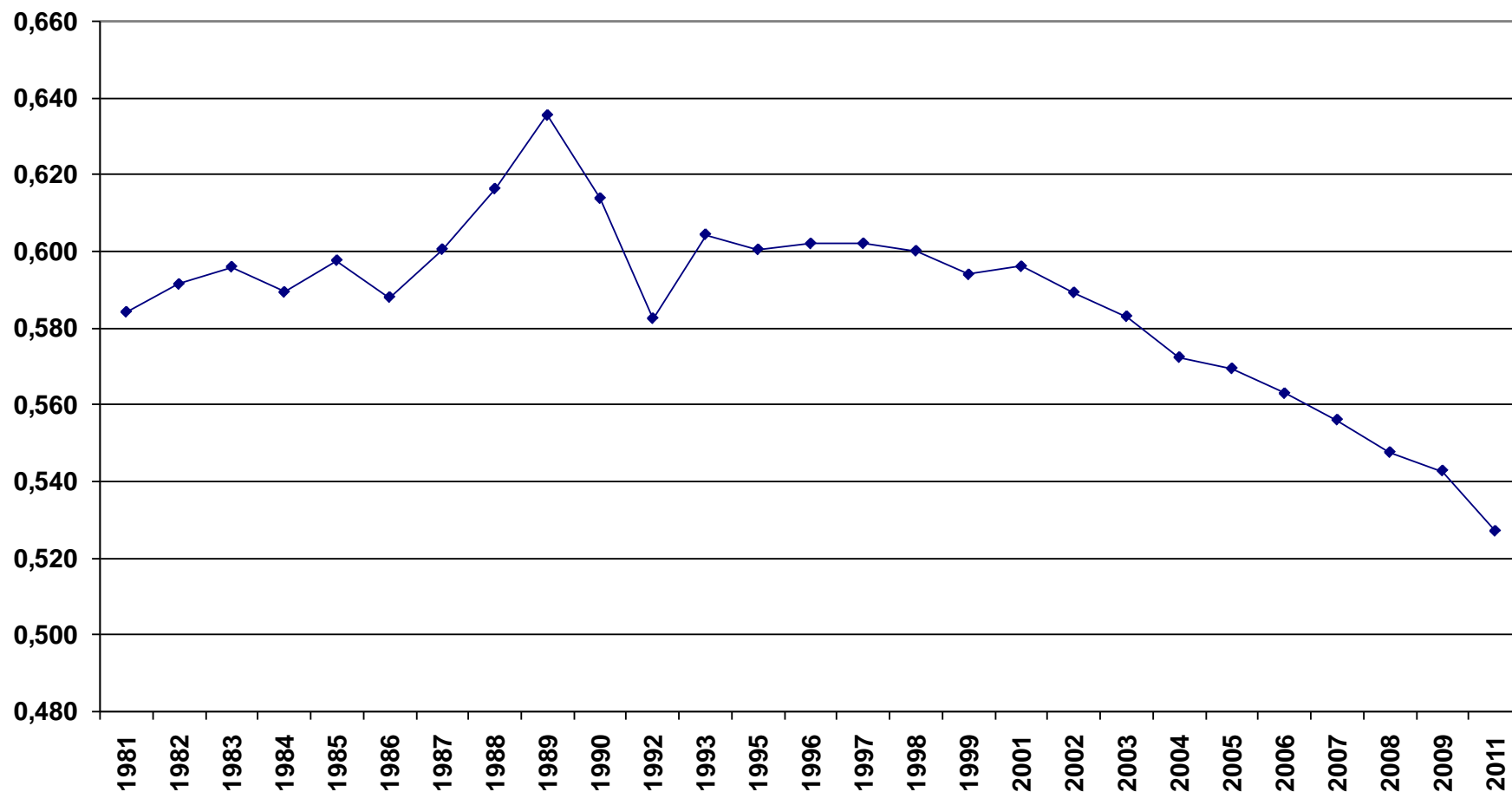
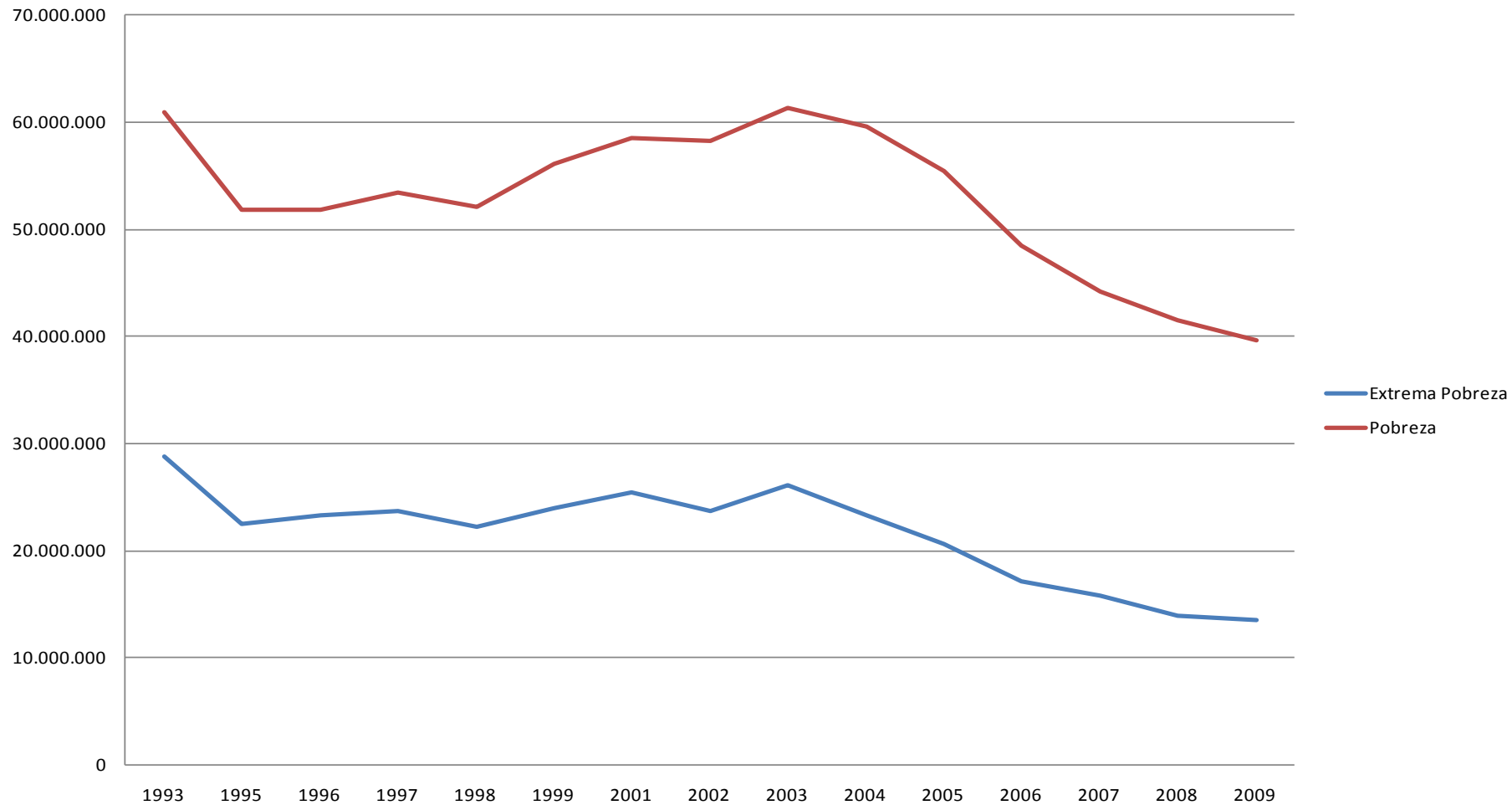


Figura 2: Pobreza e Extrema Pobreza no Brasil





- Vários estudos analisam a redução da desigualdade no Brasil e apontam diversos fatores para a sua redução.
- Dentre os fatores se incluem uma “melhora” do mercado de trabalho e o uso de políticas de redução da desigualdade.



- Aposentadoria Rural
- Renda Mensal Vitalícia (RMV)
- Benefício de Prestação Continuada (Lei orgânica de Assistência Social – LOAS)
- Bolsa Família
- Política de Valorização do Salário Mínimo

- A aposentadoria rural é um benefício concedido no Brasil desde 1963.
- No entanto, a constituição de 1988 foi importante em ampliar a cobertura da aposentadoria rural e elevar o seu valor. Antes de 1988 o benefício era de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (S.M.) e somente para o chefe da família.
- A constituição de 1988 expande o benefício para os membros da família elegíveis ao mesmo e eleva o valor para 1 S.M.

Aposentadoria Rural



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

IBRE

Instituto Brasileiro
de Economia

Tabela 2: Número e Valor Médio mensal da Aposentadoria Rural

	Número de Benefícios	Valor Médio (US\$ Médio)
1994	5.277.600	140
1995	5.294.118	130
1996	5.341.287	113
1997	5.445.108	113
1998	5.652.371	113
1999	5.897.584	76
2000	6.142.782	83
2001	6.297.401	77
2002	6.575.533	69
2003	6.760.629	79
2004	6.947.742	89
2005	7.130.745	118
2006	7.305.320	150
2007	7.497.212	179
2008	7.738.536	208
2009	7.995.918	213
2010	8.246.194	262
2011	8.460.710	290

Fonte: Ministério da Previdência Social (MPS).



Renda Mensal Vitalícia (RMV)

- A Renda Mensal Vitalícia (RMV) foi criada em 1974 como um benefício para pessoas inválidas ou maiores de 70 anos de idade que fossem incapacitadas para o trabalho. O valor era de 60% do S.M.
- O RMV pode ser visto como o precursor do Benefício de Prestação Continuada (BPC – LOAS), aprovada na constituição de 1988.
- O RMV não é mais concedido e está sendo substituído pelo BPC. Somente recebem o benefício aqueles que já recebiam o mesmo em 1996, ano da regulamentação do BPC.



Renda Mensal Vitalícia (RMV)

Tabela 3: Número de Benefícios e Valor Médio da Renda Mensal Vitalícia (RMV)

	Número de Benefícios			Valor Médio (US\$ médio)	
	Deficientes	Idosos	Total	Deficientes	Idosos
1994	725.040	533.781	1.258.821	153	152
1995	701.341	501.944	1.203.285	141	139
1996	667.281	459.446	1.126.727	111	111
1997	626.497	416.120	1.042.617	112	112
1998	585.197	374.301	959.498	112	112
1999	547.693	338.031	885.724	75	75
2000	509.643	303.138	812.781	83	83
2001	475.555	271.829	747.384	77	77
2002	436.672	237.162	673.834	69	69
2003	403.174	208.297	611.471	78	78
2004	370.079	181.014	551.093	89	89
2005	340.715	157.860	498.575	124	124
2006	310.806	135.603	446.409	161	161
2007	284.033	115.965	399.998	195	196
2008	261.149	100.945	362.094	226	226
2009	237.307	85.090	322.397	232	233
2010	215.463	71.830	287.293	290	290
2011	195.018	59.540	254.558	325	325

Fonte: MDS.

Benefício de Prestação Continuada (BPC)



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

IBRE

Instituto Brasileiro
de Economia

- O BPC consiste em um benefício social no valor de um salário mínimo mensal (S.M.) para idosos e deficientes com renda inferior a $\frac{1}{4}$ do S.M. Os benefícios são pagos sem qualquer contrapartida por parte do beneficiário.
- A idade mínima para recebimento do benefício é de 67 anos de idade.
- O programa é bem focalizado com 60% dos beneficiários sendo elegíveis ao benefício que começou a ser pago em 1996.

Tabela 4: Número de Benefícios e Valor Médio do Benefício de Prestação Continuada

	Número de Benefícios	Valor Médio Mensal (em US\$ médio)
1996	346.219	112
1997	645.894	112
1998	848.299	113
1999	1.032.573	76
2000	1.209.927	83
2001	1.339.119	77
2002	1.560.854	69
2003	1.701.240	79
2004	2.061.013	89
2005	2.277.365	124
2006	2.477.485	161
2007	2.680.823	196
2008	2.934.472	226
2009	3.166.845	232
2010	3.401.541	289
2011	3.595.337	325

Fonte: MDS.

- O Programa Bolsa Família (PBF) é o programa de transferência de renda mais novo dentre os analisados no capítulo.
- Criado em 2004, o PBF é uma transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza no País.
- Existem contrapartidas relacionadas com direitos sociais básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social.
- Os benefícios do PBF são “customizados”. Os benefícios variam dependendo do número de crianças e jovens e das “circunstâncias”.

- Benefício Básico: Famílias em extrema pobreza.
- Benefício variável: Dependendo do número de crianças (abaixo de 15 anos de idade).

Inicialmente com um máximo de 3 benefícios variáveis. Em uma segunda etapa expandiu-se o número de benefícios variáveis para 5 e incluíram-se novos benefícios.

- Benefício vinculado ao jovem (BVJ).
- Benefício Variável Gestante (BVG)
- Benefício Variável Nutriz (BVN).
- Benefício de Superação de Pobreza (BSP).

Tabela 5: Critério de Elegibilidade por Renda per Capita

	2004-2005	2006-2008	2009-2012
Extremamente Pobres	Até US\$19	Até US\$30	Até US\$38
Pobres	US\$19-US\$37	US\$30-US\$60	US\$38-US\$75

Fonte: Portela 2010 e MDS. Os valores estão em dólares médios do período.

Tabela 6: Valor pago por Tipo de Benefício do Bolsa Família**

	2004-2006	2007	2008	2009- 2010	2011- 2012
Básico*	US\$20	US\$30	US\$34	US\$36	R\$ 37
Variável	US\$6	US\$9	US\$11	US\$12	R\$ 17
BVJ	-		-	US\$18	R\$ 20

Fonte: Portela (2010) e MDS. * Pago somente aos extremamente pobres. Os valores estão em dólares médios do período.

Tabela 7: Número de Beneficiários e benefício médio do Programa BF e Salário Mínimo
(em US\$ médio)

	Número de Beneficiários	Valor médio do Benefício	BF % PIB	Salário Mínimo
2004	6.571.839	23	0,30%	107
2005	8.700.445	26	0,30%	138
2006	10.965.810	29	0,30%	180
2007	11.043.076	39	0,40%	207
2008	10.557.996	47	0,40%	208
2009	12.370.915	48	0,40%	264
2010	12.778.220	55	0,40%	305
2011	13.352.306	72	0,50%	273

Fonte: IPEA e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)



- Ao longo dos últimos 18 anos, o salário mínimo real cresceu mais de 100%, enquanto que o salário médio real cresceu menos de 10%.
- Ou seja, houve uma elevação dos salários mais forte na parte inferior da distribuição de renda.



Política de Valorização do Salário Mínimo

Tabela 8: Evolução do Salário Mínimo e Médio (em US\$)

	SMIN N	SMIN R	SM R	SMIN/SM
1995	100	287	1245	23,10%
1996	104	264	1188	22,20%
1997	103	252	1093	23,00%
1998	72	169	692	24,40%
1999	74	166	639	25,90%
2000	64	134	-	-
2001	62	120	395	30,20%
2002	65	115	367	31,40%
2003	82	124	357	34,70%
2004	107	152	426	35,60%
2005	138	186	498	37,50%
2006	180	236	595	39,60%
2007	207	259	652	39,80%
2008	208	243	606	40,10%
2009	264	297	706	42,10%
2010	305	326	-	-
2011	273	273	673	40,50%
Variação 2011 – 2001				
US\$	342%	128%	70%	
R\$	203%	56%	16%	

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da PNAD



- Diversos fatores contribuíram para a redução recente da desigualdade no Brasil:
 - Mercado de Trabalho
 - Salário Mínimo
 - Bolsa Família
 - BPC - LOAS



- Redução da taxa de desemprego, redução da taxa de informalidade e elevação dos salários devido a maior escolaridade.
- Desigualdade educacional explica cerca de 15% da redução da desigualdade.
- 30% da redução do índice de Gini é fruto da elevação dos anos médios de escolaridade da força de trabalho.



- A forte elevação do Salário Mínimo contribuiu para a redução da desigualdade e da pobreza no país. Aposentadorias e pensões vinculadas ao mesmo explicariam 26% da redução da desigualdade.
- No entanto, o custo fiscal da elevação do salário mínimo é muito elevado. Uma ampliação de 10% do mínimo custaria R\$3,1 bilhões, mas somente R\$100 milhões chegariam aos mais pobres.
- O PBF é mais custo efetivo que o salário mínimo. Esse resultado deriva do fato de que menos de 15% dos mais pobres possuem algum membro que receba salário mínimo.



- O benefício do PBF é cerca de 20% do salário mínimo, mais focado e possui custo fiscal de somente R\$13,3 milhões para cada elevação de R\$1 do benefício, enquanto que uma elevação de R\$1 do salário mínimo custa R\$ 300 milhões.
- O BPC é outro benefício bem focalizado e que “encontra” os mais pobres.
- No entanto, o PBF (assim como o RMV e aposentadoria rural) afeta um número maior de crianças e jovens e impõe condicionalidades para que estes saiam das condições de pobreza e extrema pobreza.

- A política de universalização da educação deve prosseguir nos próximos anos, elevando a escolaridade média da população (ainda baixa). Isso deve contribuir para reduzir a desigualdade nos próximos anos.
- No entanto, o esgotamento de outras políticas deve contribuir para uma redução no ritmo da redução da desigualdade.
- Deve-se procurar ampliar a inclusão escolar, melhorando a qualidade das escolas e mantendo os jovens por mais tempo nas mesmas.
- Políticas regionais devem ser incorporadas devido as diferentes características de um país tão grande como o Brasil.

- O Brasil ainda é um dos países mais desiguais do mundo.
- A recente queda da desigualdade nos últimos anos foi fruto de diferentes fatores. No entanto, o país ainda possui elevada desigualdade.

1 – O mercado de trabalho doméstico melhorou associado a elevação da escolaridade média.

2 – A rede de proteção social funcionou bem no país. A elevação do salário mínimo foi importante, assim como BPC, RMV a aposentadoria rural, todos atrelados ao mínimo. No entanto, esses programas eram focados nos mais velhos.



- 3 – O PBF focou nos mais jovens. Além disso, o programa é mais barato (devido ao baixo valor dos benefícios) e mais focado que os demais (atinge um maior número de pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema).
- Esses fatos conjuntamente ajudam a explicar a redução da desigualdade no Brasil ao longo dos últimos anos.